

Prevalência da automedicação por funcionários de uma construção civil do Distrito Federal

Renata Costa Fortes¹, Aline do Socorro Chaves²

RESUMO

Introdução: Uma prática que está se tornando bastante frequente na população e preocupante para a Saúde Pública é a automedicação. A automedicação pode ocasionar muitos riscos à saúde devido a seus efeitos graves e indesejáveis. **Objetivo:** Investigar a prática da automedicação por funcionários de uma empresa de construção civil do Distrito Federal. **Métodos:** Estudo transversal descritivo realizado em Brasília-DF no período de outubro a novembro de 2013. Amostra composta por 200 funcionários do sexo masculino de uma empresa de construção civil do Distrito Federal. Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário semiestruturado, contendo variáveis socioeconômicas, sociodemográficas e relacionadas com a automedicação. **Resultados:** A prevalência da automedicação entre os participantes foi de 74,5%. As classes farmacológicas mais utilizadas foram os analgésicos (63%), seguidas dos antiinflamatórios (17%). A maioria dos participantes (54%) relatou não realizar a leitura da bula dos medicamentos, desconhecendo suas contra-indicações e possíveis efeitos adversos. **Conclusão:** Observou-se uma elevada prevalência da prática da automedicação pelos funcionários da construção civil, sendo a classe dos analgésicos a mais utilizada. Campanhas educacionais e institucionais, a fim de informar e alertar sobre os riscos da automedicação tornam-se imprescindíveis.

Descritores: Automedicação; Prevalência; Analgésicos.

Prevalence of medication by employees of a construction of Federal District

ABSTRACT

Introduction: A practice that is becoming quite common in the population and concern for public health is self-medication. Self-medication can cause many health risks due to their serious and undesirable effects. **Objective:** To investigate self-medication by employees of a construction company in the Federal District. **Methods:** Descriptive cross-sectional study conducted in Brasilia from October to November 2013. A sample of 200 male employees of a construction company in the Federal District. To collect data, we used a semi-structured questionnaire containing socioeconomic and sociodemographic variables and related to self-medication. **Results:** The prevalence of self-medication among participants was 74.5%. The most commonly used drug classes were analgesics (63%), followed by anti-inflammatory drugs (17%). Most participants (54%) reported not make reading the accompanying package leaflets, knowing their contraindications and possible adverse effects. **Conclusion:** This study identified a high prevalence of self-medication, especially with the class of painkillers. Educational and institutional campaigns in order to inform and warn about the risks of self-medication become essential.

Descriptors: Self-medication; Prevalence; Analgesics.

¹ Doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

² Farmacêutica pela Universidade Paulista (UNIP), Brasília, DF, Brasil.

Introdução

Uma prática que vem se tornando bastante frequente entre a população e preocupante para a saúde pública é a automedicação. A automedicação está relacionada com a iniciativa tomada pelo paciente de fazer o autodiagnóstico e decidir por conta própria, automedicar-se sem nenhuma prescrição médica, no intuito, de aliviar sintomas e/ou curar determinadas enfermidades¹.

Adquirir medicamentos sem prescrição e/ou receita médica, reutilizar antigas receitas, descumprir a prescrição profissional por meio do prolongamento ou interrupção do período de tempo indicado na receita e também, compartilhar medicamentos com outras pessoas, como: amigos, familiares ou do círculo social, constituem as diversas maneiras de se praticar a automedicação².

Algo importante e que deve ser levado em consideração é que a automedicação irracional pode trazer diversos riscos à saúde, podendo ocasionar efeitos indesejáveis e muitas vezes graves. Além disso, o alívio momentâneo dos sintomas pode levar ao mascaramento de doenças evolutivas, podendo retardar o diagnóstico correto, e assim, levar o paciente a um tratamento mais complexo e a uma recuperação mais lenta³.

A automedicação não se enquadra como um fenômeno específico da modernidade, visto que constitui um dos mais antigos problemas de saúde pública⁴. Estimativas apontam que mais de 50% de todos os fármacos são prescritos dispensados e vendidos de forma incorreta e mais de 50% dos indivíduos os utilizam incorretamente, principalmente nos países em desenvolvimento, o que justifica a grande preocupação com a qualidade de vida da população brasileira⁵.

O objetivo deste estudo foi investigar a prevalência da prática da automedicação por funcionários de uma empresa da construção civil do Distrito Federal.

Metodologia

Para a realização deste estudo foi utilizada uma metodologia de investigação transversal descritiva, em uma empresa de construção civil, em Brasília-DF, no período de outubro a novembro de 2013. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Paulista, Campus Indianópolis – SP, sob o parecer número 445.590 e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) número 22346313.7.0000.5512.

A amostra foi constituída por 200 funcionários, adultos, do sexo masculino, que trabalhavam na construção civil, sendo incluídos os funcionários que atuavam nas seguintes funções: auxiliares administrativos, pedreiros, serventes, bombeiros hidráulicos, eletricitas, encarregados e mestre de obras. Foram excluídos: engenheiros, supervisores, apontadores, analfabetos e funcionários com menos de seis meses de atuação.

Os participantes que atenderam aos critérios de seleção foram convidados a formar grupos de 10 pessoas e se dirigirem a uma sala preparada no próprio ambiente de trabalho, onde receberam todas as informações detalhadas sobre o objetivo do estudo e os procedimentos utilizados. Após explicações, esclarecimentos de dúvidas e relevância do presente trabalho, os funcionários que consentiram e aceitaram participar do estudo, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e posteriormente receberam um questionário semi-estruturado, composto por questões objetivas de autopreenchimento voluntário, confidencial e anônimo. Este estudo respeitou a Resolução número 466/12 do Congresso Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS).

O questionário utilizado como instrumento para a coleta de dados foi estruturado em duas partes. A primeira foi constituída por perguntas que permitiam caracterizar a amostra, contendo as variáveis socioeconômicas e sociodemográficas (função, idade, escolaridade, estado civil e renda salarial). A segunda parte estava relacionada com a temática da automedicação, onde foram coletadas informações sobre o uso de medicamentos sem prescrição médica, classe farmacológica (analgésico, anti-inflamatório, relaxante muscular, antibiótico e antialérgico), principais sintomas, presença de doença crônica, se seguiam as instruções da bula que acompanha o medicamento, se buscavam orientações antes da utilização, se conheciam os riscos que esta prática pode causar, reutilização de receita anterior e uso de mais de um medicamento. Para diferenciar as classes farmacológicas, as pesquisadoras orientaram previamente os sujeitos de pesquisa por meio de explicações detalhadas no intuito de preenchimento adequado do questionário, bem como a identificação dos medicamentos.

A avaliação dos dados coletados foi realizada de forma descritiva, sendo criado um banco de dados específico, onde os mesmos foram inseridos e analisados. As análises das proporções foram realizadas por meio de frequências percentuais, utilizando-se o programa estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) versão 22.0.

Resultados

Observou-se, neste estudo, que a maioria dos funcionários atuava na função de servente, correspondendo a 30,5% (n=61) do total de entrevistados. A idade variou de 18 a 60 anos, sendo predominante a faixa etária entre 20 e 29 anos (33,0%, n=66), seguida de 30 a 39 anos (27,5%, n=55) (Tabela 1).

Analisando-se a escolaridade dos funcionários, descobriu-se que a maioria possuía o ensino médio completo (40,5%, n=81). No requisito referente à situação conjugal 54% (n=108) eram casados. E, em relação à renda mensal, verificou-se que 91,5% (n=183) recebiam de 1 a 2 salários mínimos (Tabela 1).

Tabela 1 - Características socioeconômicas e sociodemográficas dos funcionários de uma empresa de construção civil do Distrito Federal, 2013 (n=200).

Variável	n	%
Função		
Auxiliar Administrativo	11	5,5
Bombeiro Hidráulico	23	11,5
Carpinteiro	19	9,5
Eletricista	39	19,5
Encarregado	09	4,5
Mestre de Obras	08	4,0
Pedreiro	30	15,0
Servente	61	30,5
Idade		
18 – 19 anos	04	2,0
20 – 29 anos	66	33,0
30 – 39 anos	55	27,5
40 – 49 anos	54	27,0
50 – 59 anos	18	9,0
> 60 anos	03	1,5
Escolaridade		
Ensino Fundamental Incompleto	42	21,0
Ensino Fundamental Completo	24	12,0
Ensino Médio Incompleto	17	8,5
Ensino Médio Completo	81	40,5
Superior Incompleto	24	12,0
Superior Completo	12	6,0
Situação Conjugal		
Solteiro	77	38,5
Casado	108	54,0
Divorciado	09	4,5
Viúvo	06	3,0
Renda Mensal		
Abaixo de 1 salário mínimo	-	-
Entre 1 e 2 salários mínimos	183	91,5
Entre 3 e 5 salários mínimos	17	8,5
Acima de 5 salários mínimos	-	-

Nota: *Tomando-se de base o salário mínimo (R\$ 678,00)

Fonte: Coleta de dados realizada pelos autores entre outubro e novembro de 2013.

No requisito das características psicossociais, relacionadas à temática da automedicação dos participantes do estudo, constatou-se que 74,5% (n=149) dos funcionários relataram fazer o uso de medicamentos sem prescrição médica (Tabela 2).

A respeito de presença de doença crônica, 91% (n=182) não eram portadores de nenhum tipo e 9% (n=18) declararam possuir, sendo citadas como mais frequentes a hipertensão arterial sistêmica, gastrite, obesidade, sinusite e osteoporose (Tabela 2).

Para a utilização dos medicamentos, a maioria (33%) (n=72) informou que buscava orientações de farmacêuticos, em balcões de farmácias, relatando à dificuldade à acessibilidade e assistência aos hospitais públicos para conseguirem uma consulta com um médico (Tabela 2).

No que se refere à reutilização de receitas antigas, verificou-se que apenas 22% (n=44) dos funcionários faziam uso desta e 16% (n=32) utilizavam mais de um medicamento simultaneamente (Tabela 2).

Quando questionados sobre os riscos que a automedicação pode ocasionar, apenas 17,5% (n=35) disseram conhecer os possíveis efeitos adversos e/ou colaterais, enquanto 82,5% (n=165) dos participantes confirmaram desconhecer (Tabela 2).

Quando indagados sobre o fato de seguir as orientações das bulas que acompanham os medicamentos, 54% (n=108) dos funcionários relataram não fazer a leitura desta.

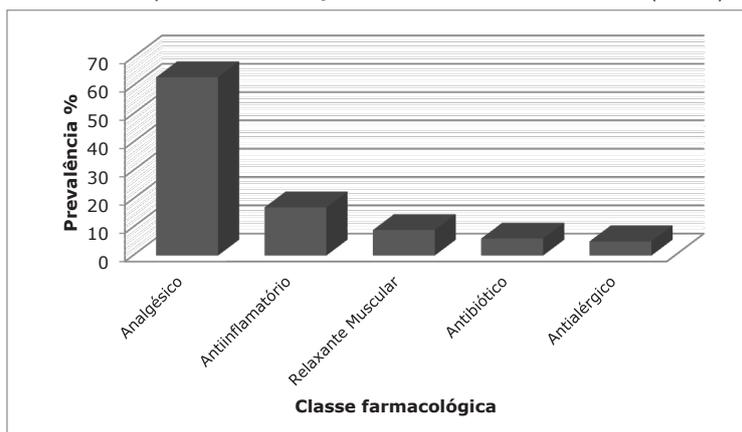
Tabela 2. Características psicossociais dos funcionários de uma empresa de construção civil do Distrito Federal, 2013 (n=200).

Variável	n	%
Faz uso de medicamentos sem prescrição médica		
Sim	149	74,5
Não	51	25,5
Presença de doença crônica		
Sim	18	9,0
Não	182	91,0
Para utilização dos medicamentos, buscam		
Médicos	64	30,0
Farmacêuticos	72	33,0
Balconista	9	4,0
Amigos	24	11,0
Familiares	42	19,0
Outros	6	3,0
Faz reutilização de receitas antigas		
Sim	44	22,0
Não	156	78,0
Utiliza mais de um medicamento		
Sim	32	16,0
Não	168	84,0
Conhece os riscos que a automedicação pode causar		
Sim	35	17,5
Não	165	82,5
Segue as instruções da bula que acompanha		
Sim	36	18,0
Não	108	54,0
Às vezes	56	28,0

Fonte: Coleta de dados realizada pelos autores entre outubro e novembro de 2013.

Ao avaliar as classes de medicamentos mais comumente utilizadas na prática da automedicação, verificou-se a prevalência do uso de analgésicos, atingindo 63% (n= 156), seguido pelos antiinflamatórios (17%) (n=42) (Figura 1).

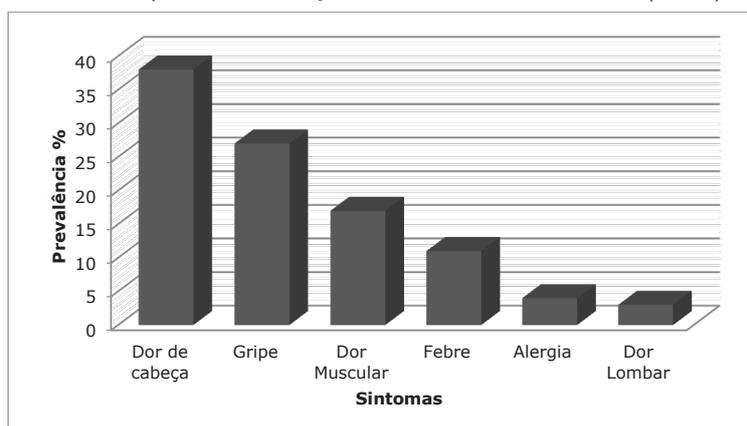
Figura 1. Prevalência da automedicação por classe farmacológica, dos funcionários de uma empresa de construção civil do Distrito Federal, 2013 (n=200).



Fonte: Coleta de dados realizada pelos autores entre outubro e novembro de 2013.

Ao analisar os principais sintomas apontados pelos funcionários se automedicarem, constatou-se que 38% (n=135) estavam associados à dor de cabeça e 27% (n=96) à gripe (Figura 2).

Figura 2. Prevalência dos sintomas mais comuns, em que ocorre a automedicação pelos funcionários de uma empresa de construção civil do Distrito Federal, 2013 (n=200).



Fonte: Coleta de dados realizada pelos autores entre outubro e novembro de 2013.

Discussão

O uso indiscriminado de medicamentos é uma atitude cada vez mais comum entre a população leiga ou detentora de algum grau de conhecimento. Além dos possíveis efeitos colaterais e consequências aos usuários, o uso incorreto e irracional de medicamentos pode ocasionar prejuízos ao sistema público de saúde. Os sintomas iniciais podem ser mascarados, o que prejudica o adequado diagnóstico e agrava futuramente o quadro clínico do paciente^{1, 4, 6-14}.

Observou-se 74,5% do total dos entrevistados faziam o uso de medicamentos sem prescrição médica, sendo este percentual semelhante a outros estudos. Araújo Júnior e Vicentini² realizaram um estudo transversal para determinar a prevalência da automedicação em adultos na cidade de Guairacá – PR. O estudo que foi realizado com 360 moradores, entre 20 e 80 anos, de ambos os sexos, identificou que 74,72% da população fazia o uso da prática da automedicação. Já, outro estudo realizado por Fleith et al⁷, desenvolvido com 766 pacientes da clínica médica das Unidades Básicas de Saúde de Lorena – SP, que teve como objetivo analisar a utilização de medicamentos em adultos e idosos mostrou que a automedicação alcançou 70% dos casos.

O presente estudo identificou que o fenômeno da automedicação não se distribuía igualmente em todos os grupos etários, sendo praticada principalmente pelos funcionários que possuíam as faixas etárias entre 20 e 49 anos. A maioria possuía o ensino médio completo e renda mensal de um a dois salários mínimos. Esses achados corroboram com a literatura, onde a prática da automedicação é mais frequente entre indivíduos abaixo de 50 anos e com baixa renda mensal². Isto pode ser explicado devido à maioria dos indivíduos não possuir condições para pagar um plano de saúde.

Além disso, para se conseguir uma consulta por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), observa-se uma demora que pode perdurar dias e/ou até meses, levando-os à opção do uso de medicamentos sem prescrição médica^{6,15-17}.

A maioria dos indivíduos entrevistados informou que buscava orientações de farmacêuticos, em balcões de farmácias, para o uso de medicamentos, relatando a dificuldade à acessibilidade e assistência aos hospitais públicos para conseguirem consulta com um médico.

As pessoas costumam recomendar os medicamentos que já usaram e que obtiveram sucesso, sendo comum entre familiares, amigos, vizinhos e balconistas. Diante disto, mesmo os medicamentos que não precisam de prescrição médica, ou seja, os sem tarjas preta ou vermelha, se utilizados sem um mínimo de critério, podem da mesma forma, causar efeitos indesejáveis aos usuários^{1,4,8,9}.

No que se refere ao conhecimento sobre os riscos que a autoprescrição pode causar, verificou-se que 82,5% afirmaram desconhecer. O que chamou a atenção também foi que a maioria dos funcionários não lia a bula que acompanhava o medicamento, contribuindo assim, para o não conhecimento dos efeitos colaterais e reações adversas dos mesmos.

O risco da prática de automedicação no mundo está diretamente ligado à carência do grau de instrução, informação, acessibilidade dos usuários ao sistema de saúde e a venda livre, com a disponibilidade desses medicamentos em estabelecimentos não farmacêuticos. A automedicação inadequada, tal como a prescrição errônea, pode trazer diversos efeitos adversos, ou inesperados, como por exemplo, enfermidades iatrogênicas, intoxicações e até a morte^{1,10}.

Ao avaliar quais as classes farmacológicas eram comumente mais utilizadas, destacaram-se com 63% do total, os analgésicos, o que pode ser explicado devido a distúrbios relacionados à dor, sendo citada principalmente pelos funcionários a utilização do medicamento dipirona. Esse resultado torna-se bastante preocupante, visto que a dipirona pertence à classe de medicamentos de venda livre, cuja utilização indiscriminada pode ser prejudicial à saúde daqueles que possuem outras enfermidades, conhecidas ou não, além de poder mascarar e/ou agravar os sintomas. Houve similaridade na comparação ao estudo populacional realizado em Porto Alegre, município do Rio Grande do Sul, onde a classe farmacológica prevalente foi a de analgésicos, encontrando em torno de 53,3%, constatando uma positiva associação entre automedicação, escolaridade e idade¹¹.

Entre os motivos que levaram os funcionários a automedicação, a dor de cabeça foi o sintoma mais referido com 38%, seguido pela gripe (27%). Esse resultado está plausível com o estudo realizado por Mendoza-Sassi et al¹² que averiguaram que a dor de cabeça (55,4%) foi o sintoma mais prevalente da automedicação, sendo observado principalmente nas classes sociais mais baixas.

Considerações Finais

Observou-se uma elevada prevalência da prática da automedicação pelos funcionários da construção civil, sendo a classe dos analgésicos a mais utilizada. O desconhecimento dos riscos ocasionados pela automedicação e o não seguimento das instruções contidas nas bulas dos medicamentos foram predominantes.

A maioria dos funcionários referiu solicitar auxílio do profissional farmacêutico para indicação dos medicamentos, seguido dos médicos. Porém, constatou-se que alguns funcionários reutilizavam as receitas antigas e utilizavam mais de um medicamento sem prescrição médica.

Nesse sentido, campanhas educacionais e institucionais a fim de informar e alertar sobre os riscos da automedicação tornam-se imprescindíveis, destacando-se a atuação do farmacêutico e dos demais profissionais da área de saúde.

Referências Bibliográficas

1. Arrais PSD, Coelho HLL, Batista MSDS, Carvalho ML, Righi RE, Arnau JM. Perfil da automedicação no Brasil. Rev. Saúde Pública 1997; 31(1): 71-7.
2. Araújo Junior JC, Vicentini GE. Automedicação em adultos na cidade de Guairacá, PR. Arq Ciênc. Saúde Unipar, Umurama 2007; 11(2): 83-8.
3. Schmid B, Bernal R, SILVA NN. Automedicação em adultos de baixa renda no município de São Paulo. Rev. Saúde Pública. 2010; 44(6): 1039-45.
4. Sarti, A. et al. Evidenciando a automedicação numa drogaria da região sul da cidade de São Paulo, SP. Rev. Saúde em Foco 2012: 30-36.

5. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Uso racional de medicamentos: temas selecionados / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 156 p.: il.
6. Mendes Z, Martins AP, Miranda AC, Soares MA, Ferreira AP, Nogueira A. Prevalência da automedicação na população urbana portuguesa. *Braz J Pharm Sci* 2004; 40(1): 21-5.
7. Fleith VD, Figueiredo MA, Figueiredo KFLRO, Moura EC. Perfil de utilização de medicamentos em usuários da rede básica de Lorena, SP. *Rev. Ciência e Saúde Coletiva* 2008; 13:755-62.
8. Loyola Filho AI, Uchoa E, Guerra HL, Firmo JOA, Lima-Costa MF. Prevalence and factors associated with self-medication: the Bambuí health survey. *Rev. Saúde Pública* 2002; 36(1): 55-62.
9. Vilarino JF, Soares IC, Silveira CM, Rödel APP, Bortoli R, Lemos RR. Perfil da automedicação em município do sul do Brasil. *Rev. Saúde Pública* 1998; 32(1): 43-9.
10. Cunha, MCN, Zorzatto JR, Castro LLC. Avaliação do uso de medicamentos na rede pública municipal de saúde de Campo Grande, MS. *Rev. Bras de Ciênc. Farmac* 2002; 38(2): 217-27.
11. Vitor RS, Lopes CP, Menezes HS, Kerkhoff CE. Padrão de consumo de medicamentos sem prescrição médica na cidade de Porto Alegre, RS. *Rev. Ciência e Saúde Coletiva* 2008; 13: 737-43.
12. Mendoza-Sassi R, Béria JU, Fiori N, Bortolotto A. Prevalência de sinais e sintomas, fatores sociodemográficos associados e atitude frente aos sintomas em um centro urbano no Sul do Brasil. *Rev. Panam Salud Publica* 2006; 20(1): 22-8.
13. Naves JOS, Silver LD. Evaluation of pharmaceutical assistance in public primary care in Brasília, Brazil. *Rev. Saúde Pública* 2005; 39(2): 223-30.
14. Trevisol FS, Trevisol DJ, Jung GS, Jacobowski B. Self mediation among university. *Rev. Bras Clin Med* 2001; 9(6): 414-7.
15. Martins DBS, Couto SMP, Ribeiro AIB, Fernandes AJG. Prevalência da automedicação na região de Bragança: a perspectiva do consumidos e do farmacêutico. *Rev. Egitania Sciencia* 2011; 8(8): 199-215.
16. Demétrio GS, Rodriguez GG, Traebert J, Piovezan AP. Prevalência de automedicação para tratamento de dor em município do sul do Brasil. *Arq Catarin Med* 2012; 41(3): 54-9.
17. Bueno CS et al. Utilização de medicamentos e risco de interações medicamentosas em idosos atendidos pelo Programa de Atenção ao Idoso da Unijuí. *Rev. Ciênc. Farm. Básica Apl.* 2010; 30(3): 331-8.

Renata Costa Fortes

Endereço para correspondência – Rua: QE 17. CJ. M, nº15, Bairro: Guará II, CEP: 71.050-132, Brasília, DF, Brasil.

E-mail: fortes.rc@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5453042571253174>

Aline do Socorro Chaves – aline.chaves01@hotmail.com

Enviado em 29 de junho de 2014.

Aceito em 02 de outubro de 2015.

